ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n.3, 2026. https://doi.org/10.59033/cm.v11i3.2241.
Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA)

CARTA PEDAGÓGICA / PEDAGOGICAL LETTER

CARTA: A EDUCAÇÃO QUE ACOLHE (OU DEVERIA ACOLHER)

LETTER: EDUCATION THAT EMBRACES (OR SHOULD EMBRACE)

Kátia Cilene Siqueira da Silva Leite[1]*

[1] PROED/PPGES/UNIRG/TO/RIEC-UNITINS - Mestranda em Educação Social. *Autora para correspondência: katia.leite@unirg.edu.br.

Recebido: 17/03/2026 - **Revisado**: 09/06/2026 - **Aceito**: 27/06/2026 - **Publicado**: 30/07/2026

RESUMO: A presente Carta Pedagógica é direcionada ao professor, reflete sobre os desafios e avanços da educação inclusiva no contexto das escolas públicas, com foco na realidade educacional de Palmas - TO. O objetivo é problematizar até que ponto a inclusão escolar tem garantido, de fato, o acolhimento das diferenças. A metodologia baseia-se em reflexões oriundas da trajetória profissional de 20 anos na educação da autora, articuladas a referenciais teóricos da educação crítica e inclusiva. Os resultados apontam que, embora existam avanços institucionais, como a criação da Superintendência de Educação Inclusiva em 2025, ainda persistem práticas excludentes e dificuldades estruturais no cotidiano escolar. Conclui-se que a efetivação da inclusão exige transformação das práticas pedagógicas, flexibilização curricular e compromisso ético com a equidade, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação. Inclusiva. Desafios. Acolhimento.

ABSTRACT: This Pedagogical Letter is addressed to the teacher and reflects on the challenges and advances of inclusive education in the context of public schools, focusing on the educational reality of Palmas. The objective is to discuss to what extent school inclusion has, in fact, ensured the acceptance of differences. The methodology is based on reflections arising from the author's 20 years of professional experience in education, articulated with theoretical references from critical and inclusive education. The results indicate that, although there have been institutional advances, such as the creation of the Superintendence of Inclusive Education in 2025, exclusionary practices and structural difficulties still persist in everyday school life. It is concluded that the effective implementation of inclusion requires the transformation of pedagogical practices, curriculum flexibility, and an ethical commitment to equity, participation, and the learning of all students.

Keywords: Education. Inclusive. Challenges. Welcoming.

CARTA: A EDUCAÇÃO QUE ACOLHE (OU DEVERIA ACOLHER)

Palmas - TO, 17 de março de 2026.

Caro professor,

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

Esta carta é movida por inquietações, pensamentos e reflexões que atravessam trajetórias na educação, especialmente no que se refere à inclusão. Estar na educação há quase duas décadas nos permite vivenciar, no cotidiano das escolas públicas, impasses, retrocessos, mas também importantes avanços, experiências que, mais do que oferecer respostas prontas, suscitam análises críticas e aprofundam indagações sobre o papel social da educação.

Nesse sentido, como afirma Paulo Freire (2014, p. 30), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, o que evidencia a necessidade de uma prática pedagógica investigativa, reflexiva e comprometida com a transformação da realidade. Diante desse contexto, torna-se inevitável problematizar: até que ponto a educação que se anuncia como inclusiva tem efetivamente garantido o acolhimento das diferenças, ou se limita a reproduzir práticas que ainda mantêm processos de exclusão no cotidiano escolar?

A partir dessa indagação te convidamos a refletir, considerando uma vivência concreta, compreendemos que a escola está longe de se constituir como um espaço neutro, mas como um território atravessado por desigualdades sociais, culturais e econômicas que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Para tanto, refletir sobre a educação implica reconhecer seu compromisso ético com a transformação social, sobretudo no que diz respeito à garantia do direito à aprendizagem para todos os sujeitos. Aprendizagem essa que seja integral, significativa para a vida.

Hoje, com o nosso olhar para um contexto em especial, a educação no município de Palmas - TO, região norte do nosso país, nos move a conhecer e procurar compreender os caminhos que vêm sendo percorridos ao longo de sua história. Sendo a capital mais jovem do país, Palmas constrói sua identidade educacional em meio a diferentes influências e inconstâncias teóricas-metodológicas, ora aderindo à novos fazeres pedagógicos, ora se ancorando em perspectivas teóricas mais tradicionais. Esse movimento, por vezes, revela uma trajetória marcada por descontinuidades, que repercutem diretamente no cotidiano das escolas e, consequentemente, nas possibilidades de consolidação de práticas pedagógicas mais inclusivas e equitativas.

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032241, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2241 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

Entretanto, ao mesmo tempo, é importante reconhecer os avanços recentes que sinalizam um movimento de maior atenção à educação inclusiva. Destaca-se a criação da Superintendência de Educação Inclusiva, em 2025, como uma iniciativa que evidencia o compromisso institucional com a organização de políticas, ações e estratégias voltadas ao atendimento das diferenças no âmbito educacional. Entendemos que tal avanço pode representar um passo significativo, sobretudo no que se refere ao fortalecimento de uma cultura mais inclusiva nas redes de ensino, ainda que seus efeitos dependam da materialização dessas políticas no chão da escola. Materialização essa que leve em consideração ao contexto histórico e social diverso de cada unidade, que olhe para os sujeitos que fazem parte desse cenário escolar e do seu entorno, além de ter o olhar inclusivo numa dimensão interconectada com o local e o global.

É nesse cenário que a inclusão pode se materializar ou, muitas vezes, se fragilizar. As escolhas feitas ao longo do percurso educacional refletem-se nas práticas pedagógicas, na vida dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente, nos modos de acolher (ou não) as diferenças e nas condições reais oferecidas aos professores para um fazer pedagógico inclusivo. Assim, caminha na direção de uma inclusão que pode deixar de ser apenas um princípio garantido em documentos normativos e passar a constituir-se como um desafio concreto, atravessado por tensões estruturais e vivenciado diariamente no cotidiano escolar.

Diante disso, algumas indagações tornam-se inevitáveis e necessárias: afinal, o que entendemos por inclusão? Como ela se realiza na escola em que atuamos? E, mais ainda, como se efetiva em nossa própria sala de aula? Essas questões não são meramente retóricas; ao contrário, constituem-se como elementos norteadores que pode nos levar a (re)pensar o fazer pedagógico e que exigem de nós um posicionamento ético, crítico e comprometido com a justiça social.

Ao refletir sobre esse contexto que requer transformação, torna-se pertinente dialogar com as contribuições de Maria Cândida Moraes (1997), ao

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032241, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2241 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

discutir a emergência de um novo paradigma educacional. Para a autora, é necessário superar modelos fragmentados, lineares, generalista e excludentes no âmbito do ensino, reconhecendo a complexidade dos processos educativos e a integralidade do sujeito que aprende. Nessa perspectiva, a educação inclusiva se articula diretamente com a promoção da equidade, ao considerar que tratar igualmente os desiguais apenas reforça as desigualdades já existentes. É preciso reconhecer as diferenças e proporcionar o acesso que alcance cada sujeito.

Nessa direção, o paradigma educacional emergente exige uma mudança de olhar sobre o processo de ensino e aprendizagem, rompendo com a lógica de controle, previsibilidade e uniformização ainda tão presente nas práticas escolares (Moraes, 1997). Tal reflexão nos convoca a compreender que incluir não é adaptar o estudante ao sistema, mas transformar o próprio sistema para que ele seja capaz de acolher a pluralidade humana em sua totalidade, em consonância com os princípios de uma educação comprometida com a justiça social.

Assim, ao longo da caminhada, compreendemos que incluir não se reduz à presença física do estudante no espaço escolar. Incluir implica reconhecer singularidades, rever práticas, flexibilizar o currículo e, sobretudo, assumir uma postura ética, sensível e politicamente comprometida diante das diferenças. Trata-se de um processo que demanda intencionalidade pedagógica e consciência de que cada estudante aprende de forma única, em tempos e modos distintos.

Como nos ensina Paulo Freire (2014, p. 59), “ensinar exige respeito à autonomia do educando”, o que implica reconhecer sua capacidade de aprender, suas experiências e seus saberes, valorizando-o como sujeito ativo no processo educacional. Tal compreensão reforça a necessidade de práticas pedagógicas que não apenas incluam, mas que promovam efetivamente a participação, a aprendizagem e a dignidade de todos os estudantes.

Por isso, esta carta não se encerra em respostas, mas se abre como um convite à reflexão crítica. Que possamos, enquanto educadores, revisitar nossas

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032241, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2241 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

práticas, questionar os caminhos que têm sido trilhados e, principalmente, resistir à naturalização de uma inclusão que, muitas vezes, não se concretiza gerando ainda mais exclusões.

Que a educação que acolhe não permaneça apenas no campo das intenções, mas se construa cotidianamente nas escolhas que fazemos, nas práticas que desenvolvemos e no compromisso ético que assumimos com cada sujeito que chega à escola — reafirmando, assim, a educação como um direito e como um instrumento de transformação social.

Retomamos, assim, a inquietação que mobilizou esta reflexão: temos, de fato, construído uma educação que acolhe, ou seguimos reproduzindo, ainda que de forma sutil, práticas excludentes? Mais do que responder a essa questão, cabe-nos assumi-la como compromisso ético e político, orientando nossas práticas na direção de uma educação verdadeiramente inclusiva, socialmente justa, integral e transformadora. Uma educação que seja da vida e para a vida.

Esperamos, em breve, nos encontrarmos na próxima reflexão!

Atenciosamente,

Educadoras comprometidas com a educação inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1997.